

DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVAS NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Dalnes Cristine de Freitas Gondim¹; Celyane Souza dos Santos²; Maria de Fátima Leite Gomes³

Escola Nazinha Barbosa da Franca – d.nesgondim@gmail.com

Resumo: A educação é um espaço ocupacional em plena expansão para os assistentes sociais e um campo propício para operacionalização do Projeto Ético Político do Serviço Social. O presente ensaio destaca umas das possibilidades de intervenção do assistente social no espaço escolar, através da experiência aplicada na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca, pertencente à rede pública de ensino do município de João Pessoa – Paraíba, situada à Rua Francisco Brandão nº 829, no bairro de Manaíra, criada pela Lei nº5. 125 de 09 de outubro de 1980. Obteve sua regularização no ano de 1987, através da Resolução nº006/97. O Serviço Social desta unidade de ensino, prima por estabelecer linhas de intervenção a partir do estímulo à formação cidadã, traçando ações de construção crítica da realidade através de atividades lúdicas que integram educandos e família no ambiente escolar e objetivando analisar a intervenção no combate a evasão escolar. O problema da evasão permeia o cotidiano das unidades de ensino de todo o Brasil. Sabe-se que o acesso à educação, garantido constitucionalmente, vem sendo somente em parte cumprido pelo Estado. Isto porque não basta à garantia do acesso, é fundamental para efetivação do direito a criação de políticas que possibilitem a permanência e frequência dos alunos nas escolas. A Escola Nazinha Barbosa está inserida em uma região com deficiências nas diversas searas de intervenção estatal, como saúde, segurança e educação e, por isso, impõe-se um desafio diário no enfrentamento de toda problemática social para garantir a permanência do aluno na sala de aula. Nesse cenário, é fundamental o envolvimento dos educandos e dos pais nas ações desenvolvidas pelos profissionais da educação para minimizar a evasão escolar.

Palavras-chave: Assistente social. Educação. Vulnerabilidade. Evasão escolar.

INTRODUÇÃO

A interlocução do Serviço Social com a educação, não é recente. Emerge no século XX, quando as intervenções realizadas pelos agentes sociais se restringiam a visitas domiciliares as famílias com a finalidade de conhecer os possíveis motivos das faltas, evasão ou outras dificuldades identificadas no processo de formação do aluno.

¹ Assistente Social da Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca. E-mail: d.nesgondim@gmail.com;

² Graduanda em Serviço Social (UFPB). E-mail: celyanesouza1@hotmail.com;

³ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social (UFPB). E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com.

Neste sentido, como salienta Silva (2012, p. 63) ao tartar que Pinheiros, em seu trabalho *Infância e Juventude Desvalida* publicado em 1939 e relançado em 1985, já visualizavam a escola como “um espaço de ação social, que deveria prestar informações sobre as crianças ali matriculadas”, ou seja, associando a atuação deste à tarefa de ter a consonância com as famílias, visando modificar o aluno, e assim, facilitar a tarefa do “ajustamento social”.

Esta concepção “ajustamento social” perdura até a década de 1960 no âmbito da teoria do Serviço Social, quando ocorre o movimento de reconceituação na América Latina. No Brasil, no pós-64, tem a renovação do Serviço Social, como afirma Netto (2011, p. 151) e a erosão de suas formas “tradicionais” enquanto vão sendo reformuladas as práticas do Assistente Social. As condições dos usuários do serviço social, antes vistas como “problemas sociais” do indivíduo são hoje tratadas como questões sociais, que são consequências da forma como a sociedade capitalista a integram.

No Brasil, de acordo com Iamamoto (2000, p. 126.), o Serviço Social mantém um vínculo com a educação desde a década de 1930, entretanto sua inserção no sistema educacional começa a ter mais visibilidade e expansão após o marco constitucional de 1988 ao reconhecer no artigo 205 a Política de Educação como “um direito de todos e dever do estado e da família”.

A Constituição Federal estabelece a municipalização das políticas sociais e, no que se refere à educação, delega aos municípios a gerência do ensino fundamental. Com isso, paulatinamente as prefeituras passam a assumir a gestão deste direito social, passando a contratar, via concurso público, mão de obra especializada para atuar no planejamento e na execução desta política pública, incluindo entre os profissionais, o assistente social.

Em relação ao Município de João Pessoa-PB, estão lotados na Secretaria de Educação aproximadamente 108 profissionais nomeados após a realização de três concursos públicos e distribuídos em escolas do Ensino Fundamental I e II e nos Centros de Referencias da Educação infantil(CREI).

Os assistentes sociais têm como objeto de trabalho os reflexos das expressões da questão social, como afirma Iamamoto

O objeto de trabalho do assistente social é a questão social em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, à luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. (2001, p.62)

Como nos demais espaços ocupacionais, os assistentes sociais no âmbito escolar veem as expressões da questão social como matéria de intervenção profissional que nem sempre estão expostas, sendo necessário identificá-las e desnudá-las.

Neste aspecto Martins (2012, p. 51) ao citar a análise de Iamamoto (1998, p. 20) revela que “um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativa e capaz de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano.

Na educação, é necessário conhecer a realidade para identificar quais são os fatores sociais que interferem no processo de ensino e aprendizagem, acionar e provocar as redes de proteção social visando colaborar para a efetivação de uma educação enquanto direito normatizado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção integral a criança e ao adolescente.

Portanto, diante das inúmeras expressões das questões sociais existentes no contexto escolar e da inviabilidade em lidar como todas elas, elegemos centralizar a intervenção junto aos educandos em parceria com a família, e assim desenvolver ações socioeducativas, visando a prevenção do abandono e evasão na Escola Municipal Nazinha Barbosa.

METODOLOGIA

O estudo social realizado, bem como a pesquisa nos arquivos da unidade de ensino, possibilitou o conhecimento da realidade dessas crianças, constatando-se que os educandos regularmente matriculados no Ensino Fundamental I em sua maioria residem no Bairro São José e quanto à situação socioeconômica tem o mercado informal como garantia do sustento da família que é complementado pelo benefício do Programa Bolsa Família (PBF).

Tratando-se das razões apresentadas para justificar as frequentes faltas, foram apresentadas situações peculiares como: o horário de trabalho dos responsáveis, doença na família, violência doméstica fatores que dificultam levar os (as) alunos (as) à escola. Aponta-se, ainda, o trabalho infantil e até o *bullying* sofrido pela criança no ambiente escolar.

Nesta direção, a partir da experiência profissional como assistente social da escola em referência iniciou-se uma série de atividades socioeducativas, através das oficinas temáticas:

a) **A arte de brincar e a importância da Escola**, que é desenvolvida com crianças matriculadas no 1º e 2º ano; b) **Família: as implicações do *bullying* e o combate**

aodesinteresse estudantil, realizada com alunos do 3º ano; e c) **Bullying: violência escolar e violação da dignidade humana da criança e do adolescente**, com os alunos do 4º ano. As oficinas buscam despertar criticamente o valor da educação como porta para emancipação humana. Assim, passou-se a intervir em parceria com os professores, com o objetivo de obter um olhar crítico da realidade vivida, procurando, através do lúdico, despertar a importância da presença nas atividades pedagógicas como direito.

Ademais, o trabalho do assistente social na educação é permeado por estas questões, e em meio à identificação das demandas, que muitas vezes estão para além do ambiente escolar, são realizados encaminhamentos às redes especializadas, tais como o Centro Especializado da Assistência Social (CREAS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar e Programa Saúde da Família (PSF).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho traz o relato da experiência do Serviço Social no combate à evasão escolar na Escola Municipal Nazinha Barbosa tem como Função Social a democratização do ensino, de modo a fortalecer a noção de cidadania ,por meio da adoção “{---} atitudes de respeito pela diversidade humana {...}, conforme projeto Politico Pedagógico.(2014,p.17),fazendo valer o que determina a LDB(lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9.394/96, no seu TITULO II, Art.2º, que trata Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios”. da liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este estabelecimento municipal de ensino atende, em sua maioria, estudantes que são residentes do Bairro São José. Assim como todos os bairros da periferia, este traz a marca dos reflexos da acumulação capitalista, quais sejam, desemprego, violência, falta de saneamento básico, encontrando-se no agravante da vulnerabilidade social que interfere de modo expressivo na evasão escolar.

Diante das inúmeras questões sociais existentes no contexto escolar e da inviabilidade em lidar como todas elas elegem-se centralizar a intervenção junto

aos educandos em parceria com a família, e assim desenvolver ações socioeducativas que visam a prevenção da evasão na Escola Municipal Nazinha Barbosa.

Assim, buscando atingir o objetivo proposto, qual seja minimização da evasão escolar, as ações pautam-se em procedimentos qualitativos e quantitativos desenvolvidos por meio de atendimentos individuais aos alunos; reuniões com os responsáveis e a equipe multiprofissional; e emissão de pareceres com os devidos encaminhamentos para a rede de proteção à criança.

Os sujeitos envolvidos na ação são os alunos do 1º ao 4º anos do Ensino Fundamental I, do turno da manhã, seus familiares e/ou responsáveis, bem como os parceiros do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que atuam no Projeto de Extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. Este projeto de pesquisa e extensão é realizado em parceria com o Serviço Social da escola Nazinha Barbosa desde o ano de 2015, colaborando com coleta de dados e nas atividades pedagógicas.

O trabalho, ora sistematizado, é desafiador, pois ao desenvolver ações crítico-reflexivas em um universo de 663 matriculados, em que 325 estão inseridos no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), sinaliza ao profissional, uma capacidade propositiva, criativa e interdisciplinar, que possibilite em um contexto de contradições, buscar superá-los, através de uma dinâmica onde se estimule o lúdico e o trabalho em grupo para alcançar-se a realidade dos fatos.

Tais desafios são caracterizados através dos dados obtidos do Censo Escolar de 2016, os quais revelam um percentual de 85 alunos que não conseguiram concluir ou avançar de ano, sendo estes os desistentes e reprovados, conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela 1: Dados do Censo Escolar de 2016

	1º Anos	2º Anos	3º Anos	4º Anos	Total
Alunos por Turma	66	80	95	48	289
Transferidos	06	16	05	06	33
Desistentes	03	01	05	02	11
Reprovados	38	08	21	10	77

Fonte primária: Elaboração própria

Concluído o levantamento inicial, passou-se a realizar o monitoramento sistemático

em relação à frequência dos alunos, o que está sendo realizado mês a mês, para que se possa identificar o número de ausências às atividades pedagógicas. De modo que através dessa análise identifica-se pelo índice de faltas quem são os alunos em infrequência escolar. Como apontam a tabela e o gráfico que segue abaixo.

Tabela 2 □ Levantamento de falta por séries 2016

TURMAS	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho
1º Ano	10	15	20	12	30	29
2º Ano	09	17	32	13	28	30
3º Ano	10	04	15	05	10	15
4º Ano	04	08	11	07	24	16
5º Ano	04	08	08	08	12	08
TOTAL	37	52	86	45	104	98

Fonte primária: Elaboração própria.

Percebe-se que a incidência maior de faltas ocorreu entre os alunos do 1º ano e 2º ano, tratando-se assim das crianças menores que necessitam do acompanhamento dos pais para conduzi-los à escola, e que nos meses de Junho e Julho a incidência foi ainda maior.

A partir da obtenção desses dados, objetivou-se conhecer a realidade social das famílias das crianças que reincidentemente faltam às atividades escolares. Os pais/responsáveis foram convocados para que, mediante estudos socioeconômicos, fossem detectadas as causas da evasão escolar e acompanhados os que estejam em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a realização de intervenções com o objetivo de modificar a realidade de infrequência escolar. Convocados para que, mediante estudos socioeconômicos, fossem detectadas as causas da evasão escolar e acompanhados os que estejam em situação de vulnerabilidade social possibilitando a realização de intervenções com o objetivo de modificar a realidade de infrequência escolar.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou, ainda que brevemente, sinalizar os desafios e conquistas do Serviço Social na Educação. É indiscutível a importância do assistente social no espaço escolar, na garantia de uma educação de qualidade, e tendo como resultado o acesso e permanência do educando na escola.

A contribuição dos assistentes sociais é no sentido de realizar o acompanhamento das famílias por meio de uma construção coletiva, cujos mecanismos possibilitem o acesso e a permanência na escola, como afirma o CFESS (2012, p.43) “As estratégias institucionais de garantia da permanência na educação escolarizada construídas no interior da política de educacional não se traduzem em programas e projetos comuns a todos os níveis e modalidades”;

A educação é uma política de acesso universal, nesta tem-se como objetivo, enquanto assistente social, o desenvolvimento de práticas socioeducativas nas salas de aulas juntamente com o professor na aplicação de oficinas socioeducativas, ouvindo e dialogando com os alunos para estimulá-los a ter uma participação crítica. Como nos diz André (2012, p. 84) "compreender que o assistente social no espaço educacional intervém a partir de uma perspectiva balizadora de acesso universal, permanência e inclusão”.

Por fim, para que tal perceptiva aconteça é preciso dar os primeiros passos, mesmo que de forma gradual e lenta, incidindo profissionalmente na tarefa de proteção aos direitos das crianças e adolescente para que estes não sejam violados.

Para nós docentes, ficou evidente o quanto as oficinas pedagógicas têm contribuído para a formação dos alunos, tornando as atividades de estágio mais consistentes, uma vez que são fundamentadas em conhecimentos previamente discutidos e socializados. Os discentes têm afirmado que essas oficinas são primordiais e extremamente válidas para a consolidação dos conhecimentos necessários para o bom desempenho nos estágios e, conseqüentemente, na sua formação profissional. Nesse sentido, percebemos que a construção do agir, saber e fazer

Assim sendo, por ser um problema em crescente na Escola Nazinha Barbosa em decorrência da localização territorial ,torna-se imprescindível o fortalecimento entre escola, família e comunidade, para que as estratégias de enfrentamento a evasão escolar, obtenha os resultados esperados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.

_____. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e da outra providencias.**

CFESS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília; CFESS, 2014.

DENTZ, M. V; SILVA, R. R. D. da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social, elementos para uma revisão Crítica .In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 121, São Paulo, jan/mar, 2015.

GOMES, M. F. L. **O Programa Bolsa família (PBF) e suas condicionalidades na educação:** o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca – João Pessoa, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, M. A. S; HUGO, V. Reflexões sobre desenho urbano para o bairro São José. In: **Revista Eletrônica Arquitextos**, n. 162.00, ano 14, nov. 2013. Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4956>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Marcela Mary José da Silva (org.). Campinas, SP: Papel Social, 2012.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.16. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, T. T. F. da. Apontamentos sobre Serviço Social e Educação: um olhar a partir dos documentos legais existentes. In: **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Marcela Mary José da Silva (org.). Campinas, SP: Papel Social, 2012.